

OS DESAFIOS DOS EDUCADORES E EDUCADORAS DO CAMPO: perspectivas conceituais e de atuação

Marcos Vinícius Pereira Lacerda¹, Paulo Hernandes Gonçalves da Silva²

¹ Acadêmico do curso de Engenharia Agrônômica – Campus Colinas (IFTO); e-mail: marcosvinicius123178@gmail.com

² Doutorando do Programa de Letras e Literatura – Universidade Federal do Tocantins – Campus Araguaína – Professor do Campus Colinas do IFTO; e-mail: paulohg@ifto.edu.br

Resumo: O presente artigo demonstra um estudo sobre a atuação dos profissionais da educação do campo. Tem-se um estudo que evidencia o quanto é diferenciada esta modalidade de ensino, com seus desafios, conceitos e perspectivas próprias. Adotou-se a metodologia da revisão bibliográfica, com base nos estudos de pesquisadores, que possuem conhecimento aprofundado sobre o assunto e também a pesquisa documental, com base em dados de instituições públicas. Dentre os resultados alcançados têm-se a confirmação de que a educação do campo em se preocupado com os processos culturais, as estratégias de socialização e as relações de trabalho vividas pelos sujeitos do campo, em suas lutas cotidianas.

Palavras-chave: educação do campo, perspectivas conceituais, sujeitos.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva apresentar os conceitos de educação rural e educação do campo, à luz dos conceitos de Machado (2017), de forma a esclarecer a importância da concepção de escola e dos educadores na trajetória histórica dos termos. E por isso, tratar das questões que levaram a mudança de conceito e currículo de educação rural para a educação do/no campo, implica entender os diversos acontecimentos e transformações sociais e políticas do Brasil e a participação dos movimentos sociais.

É necessário entender, segundo Machado (2017) que a escola é um espaço de formação social e política dos sujeitos, ao mesmo tempo, que também executa a função social e de socialização dos saberes acumulados, bem como os processos de reelaboração e produção dos conhecimentos pelos homens ao longo dos tempos. E por isso, àqueles que vivem no campo, a escola é também um espaço de luta e resistência, assim como nos perímetros urbanos.

Esta pesquisa tem justificativa em aspectos relacionados à concepção de que a educação no campo tem o objetivo dinamizar a ligação dos seres humanos com a produção das condições de existência social, na relação com a terra e o meio ambiente, incorporando os povos e o espaço da floresta, da pecuária, da agricultura, das minas, os pesqueiros, indígenas, ribeirinhos e extrativistas (CNE/MEC, 2003). Logo, fundamentada na pesquisa bibliográfica, bem como em documentos institucionais de órgãos vinculados à temática, tem-se o objetivo de demonstrar o papel da educação do povo camponês no que concernem suas necessidades, realidades e a consolidação dessa modalidade educativa, mostrando que a mesma está vinculada aos interessados diretos, ou seja, os sujeitos do campo (CALDART, 2004).

2 METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica adotada neste artigo busca a compreensão de fatos e resolução de problemas por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas, conforme estabelece Volpato (2000). Esse tipo de pesquisa trouxe subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica, neste caso específico sobre o papel da educação do campo, suas perspectivas e públicos atendidos.

Observou-se ainda que os documentos institucionais relacionados ao processo de ensino e aprendizagem na educação do campo, bem como de sua caracterização e indicadores estatísticos, ocupam lugar central na temática estudada, face à riqueza das informações contidas e tão importantes para a pesquisa educacional e social. De acordo com Bravo (1991), são documentos todas as realizações produzidas pelo homem que se mostram como indícios de sua ação e que podem revelar suas ideias, opiniões e formas de atuar e viver.

As estratégias de pesquisa de Franco (2003) destacam que os objetivos requerem uma estruturação e sistematização para que o trabalho apresente sua relevância e seu rigor científico. Desta forma, o presente artigo se organiza em: a) conceituação da educação do campo, com estruturação em texto descritivo; b) demonstração em tabela das diferenciações entre a educação urbana e do campo; e c) apresentação de sua estruturação em organograma e tabela com indicadores estatísticos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Conceituando a educação do campo

A Educação do Campo se constitui num movimento nacional que luta por acesso dos povos do campo à educação formal, bem como pela construção de uma escola ainda em construção, ou seja, uma escola que tenha nas lutas e nos desafios a construção de outro mundo, no qual incluam-se a diversidade. E tendo o campo como referência, a identidade dessa escola se vincula às lutas e a reafirmação da cultura dos sujeitos com raízes camponesas, enquanto agricultores, quilombolas, povos indígenas, pescadores, quebradeiras de coco e ribeirinhos, conforme reflete Caldart (2002):

[...] significa pensar e fazer a escola desde o projeto educativo dos sujeitos do campo, tendo o cuidado de não projetar para ela o que sua materialidade própria não permite; trazer para dentro da escola as matrizes pedagógicas ligadas às práticas sociais; combinar estudo com trabalho, com cultura, com organização coletiva, com postura de transforma o mundo..., prestando atenção ÀS tarefas de formação específicas do tempo e do espaço escolar; pensar a escola desde o seu lugar e os seus sujeitos, dialogando sempre com a realidade mais ampla e com as grandes questões da educação, da humanidade (CALDART, 2002, p.07).

Por conseguinte, o processo de luta pela construção de um projeto de escola do campo significa a defesa de uma reafirmação de direitos, de respeito cultural, do processo formativo para além da escola, do convívio familiar, da valorização dos saberes e das experiências com outros sujeitos. Reconhecer que lutar por escola do campo é também pensar sobre educadores e educandos do campo com algumas especificidades que têm vínculos com as especificidades do campo. Segundo Kolling, Cerioli e Caldart (2002), o educador do campo: [...] é aquele cujo trabalho principal é o de fazer e o de pensar a formação humana, seja ela na escola, na família, na comunidade, no movimento social, seja educando as crianças, os jovens, os adultos ou os idosos (KOLLING; CERIOLI e CALDART, 2002 p. 7).

Os povos do campo necessitam ter seus direitos assegurados, já que muitas vezes o poder público não promova essa educação, os movimentos sociais têm se colocado a disposição para ir atrás dos direitos do povo do campo (RIBEIRO, 2016). A escola do campo tem que pensada de uma forma diferente do modelo neoliberalista já que é uma escola que trabalhará o saber científico mas também o saber cultural. O currículo da escola do campo tem que satisfazer as necessidades do seu povo que será atendido, não perdendo o saber que esse povo já tenha mas, entrelaçando esses conhecimentos tanto técnico como popular.

3.2 Desafios da atuação dos professores e professoras da educação do campo

Considerando as nuances da seção anterior, observa-se que a escola assume, portanto, um grande papel na formação humana. Ela é um espaço que deve estimular o ser humano a pensar criticamente sobre a realidade, constituindo-se, apesar das inúmeras contradições, um lugar de múltiplos saberes e de diferentes culturas. Segundo Freire:

A escola é [...] o lugar onde se faz amigos. Não se trata só de prédios, sala, quadros, programas, horários, conceitos... Escola é, sobretudo, gente, gente que trabalha que estuda que se alegra, se conhece, se estima. O diretor é gente, o coordenador é gente, o professor é gente, o aluno é gente, cada funcionário é gente. E a escola será cada vez melhor na medida em que cada um se comporte como colega, amigo, irmão. Nada de ilha cercada de gente por todos os lados. Nada de conviver com as pessoas e depois descobrir que não tem amizade a ninguém, nada de ser o tijolo que forma a parede, indiferente frio, só. Importante na escola não é só estudar, não é só trabalhar, é também criar laços de amizade, é criar ambiente de camaradagem, é conviver, é se amarrar nela! Ora, é lógico... Numa escola assim vai ser fácil estudar, trabalhar, crescer, fazer amigos, educar-se, ser feliz. (FREIRE, 2000, p. 5)

Seguindo a concepção freiriana, a escola assume papel dialético, libertador e humanizante na vida do ser humano, por isso os educadores do campo tem que ser profissionais que entendam a realidade e o saber cultural. É um espaço em que o ensino conversa com as diferentes vivências culturais, políticas, sociais, econômicas, religiosas e éticas. Os saberes não pode ser se fechar um uma

única verdade ou conceito, mas se abrem para o debate e para as múltiplos conceitos, na construção de um mundo com diversidades de saberes (RIBEIRO, 2016).

Para analisar como o professor vai se construindo na sua experiência cotidiana e na sua vivência pedagógica com os outros profissionais da educação e, em alguns casos em busca de melhores condições de vida, tendo em vista que a formação docente implica percursos, trajetórias e relações com variedades e outras dimensões de vida, Freire relata que “ninguém começa a ser educador numa certa terça-feira às quatro à tarde, da mesma forma, ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão sobre a prática” (FREIRE, 1991, p. 58). Observa-se o princípio da formação continuada do professor.

Diante disto, nota-se que a formação docente é uma contínua prática educativa que vai sendo construída diariamente, com o convívio e as experiências do outro. Então o professor vai se tornando repassador de conhecimentos a partir de suas vivências com outros, e assim um novo conhecimento vai sendo adquirido e repassado para o outro através desse convívio construtivo e tão importante para a transformação do indivíduo como pessoa e profissional (RIBEIRO, 2016).

Um dos maiores desafios encontrados pelos educadores e educadoras do campo é a falta de infraestrutura nas escolas, conhecimento básico fornecido pelo poder público, dificuldades de locomoção dos educandos entres outros, que dificulta a utilização de novas metodologias. Já em sala de aula a grande dificuldades dos professores é conseguir trabalhar o saber cultural dessa comunidade ao qual ele está inserido. Essa permuta de saberes traz grande ganho para os educandos, pois será trabalhado de forma atraente e de linguagem de fácil compreensão, pesquisas em campo traz um grande nível de conhecimento e experiências.

3.3 Caracterização da educação do campo

A escola atua sempre com a lembrança de lhe dar com as diferentes personalidades e culturas dos estudantes. Enorme é a riqueza de saberes culturais, históricos e sociais que eles alunos trazem consigo até a escola, no entanto muitas das vezes esses não são levados em conta e trabalhado em sala, inclusive tais diferenças entres os seres humanos são definidoras do currículo escolar, respeitada a questão social e cultural (SAVIANI, 2016).

O quadro 1, que segue demonstra as diferenciações entre a escola urbana e rural, na perspectiva de caracterização dos processos, que são diferentes, mas que precisam ter qualidade acima de qualquer circunstância:

Quadro 1 – Educação do campo X Educação urbana

Campo	Urbana
Há um interesse do povo camponês e dos movimentos sociais.	Há um interesse capitalista dos empresários e do controle político.
Há uma valorização da terra.	Há uma desvalorização da terra.
Terminologia utilizada é matriz curricular.	Terminologia utilizada é grade curricular.
Palavras de ordem são resistência e liderança.	Palavras de ordem é concorrência e individualismo.
Adequada ao modelo sustentável de agricultura familiar com base nos interesses dos movimentos sociais do campo.	Adequada aos modelos políticos de desenvolvimento econômico com base nos interesses das classes dominantes.
Trabalho coletivo.	Trabalho individual.
Qualificação permanente, pedagogia da libertação.	Projeto neoliberal vigente, pedagogias tradicional e do “improviso”.

Fonte: MST (2016)

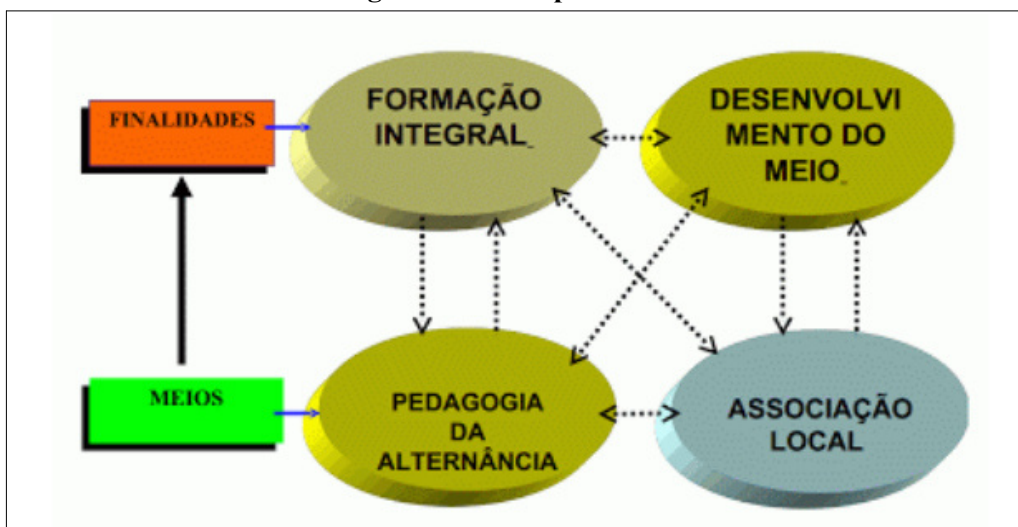
Muitas vezes, as escolas urbanas na elaboração do Projeto Pedagógico de Curso, esquecem de levar em conta essas particularidades que cada aluno tem. Um PPC adequado é aquele trabalhará a história desse aluno não descartando o saber que esse tenha, sabendo permutar saber científico e cultural há um grande ganho no meio escolar e social (SACRISTÁN, 2000).

A escola do campo na elaboração do seu PPC é indispensável conhecer os sujeitos e entender a escola como um espaço de articulação das vivências do meio social com a construção de práticas pedagógicas, valorizando a formação humana. E assim, para Sacristán (2000), é indispensável entender como esse sujeito se forma no cotidiano das comunidades rurais, tendo sentido ao processo de formação escolar, por isso o trabalho também uma categoria para compreender na constituição do processo formativo.

Percebe-se que apesar do direito legal de adequação da educação para o campo, na prática, este direito não está garantido pelo poder público. É frequente se ouvir a justificativa de que manter uma escola situada na zona rural é oneroso para o estado. Portanto, muitas vezes os municípios optam por trazer as crianças da zona rural para as escolas urbanas. Assim, ao longo da história educação rural, no Brasil, sempre se procurou suprimir a cultura desta população, tanto que os jovens, que conseguem frequentar a escola, acabam saindo da área rural, sem perspectiva de retorno (LEITE, 2002).

Em contrapartida, o modelo de educação do campo, que vem mostrando resultados no tocante a formar os jovens trabalhadores rurais, sem afastá-los de seu trabalho, se desenvolveu graças à organização da sociedade civil e dos movimentos sociais, que se configura o modelo Escola Família Agrícola (EFAs), cujos princípios seguem na figura 1:

Figura 1 – Princípio da EFA



Fonte: Unefab (2010)

Note-se conforme preceituado na figura 1, a relevância da Pedagogia da Alternância que respeita tempo escola e o tempo comunidade. Esclareça-se que essas escolas surgiram no Brasil, mais precisamente no estado do Estado do Espírito Santo, no ano de 1969, por meio de colaboração entre Itália e Brasil, mediada pelo Padre Humberto Pietogrande. Sua conceituação consiste numa associação de famílias, pessoas e instituições que buscam solucionar a problemática da evolução e do desenvolvimento local através de atividades de formação, sejam jovens ou adultos (UNEFAB, 2010).

Outro dado importante a ser considerado são aqueles relativos ao censo escolar do estado do Tocantins, que segue retrato no quadro 2:

Quadro 2: Número de matrícula segundo o nível/modalidade de ensino

Unidades da Federação Municípios Dependência Administrativa	Matrícula inicial				
	Ensino Regular				
	Ed. Infantil		Ens. Fundamental		Ensino Médio
	Creche	Pré -escola	Anos iniciais	Anos finais	
Estadual Urbana	12	522	43.956	75.759	61.759
Estadual Rural	0	0	4.708	4.934	2.814
Municipal Urbana	11.805	25.293	60.132	22.970	0
Municipal Rural	249	3.702	19.077	9.302	67

Fonte: INEP/MEC, 2015

Desta forma, observa-se a força da escola rural no estado do Tocantins, considerando-se a comparação dos números do quadro 2. A escola do campo admite heterogeneidade de sujeitos com suas vivências compondo o espaço escolar. No entanto, busca defender que a história de toda escola do campo é a luta do povo do campo, da organização popular e das recentes transformações no campo brasileiro. Já as escolas urbanas ainda não conseguiram aprimorar seu potencial em trabalhar essa história de cada sujeito em sua totalidade, ou seja, permutar saberes. O papel do professor formado

para a educação do campo deve ser específico para essa população.

Para Arroyo (2004), sua identidade profissional tem sido redefinida, o que orientam ter uma postura crítica sobre sua prática e sobre as concepções que orientam sua escolhas. Essa postura leva a indagar o currículo desta identidade. Que indagações sobre o currículo vem dessa identidade profissional? Esta indagação está posta a categoria merece ser explícita assumida e trabalhada nas escolas e redes. Assim teremos uma escola do campo mais perto do ideal para atender a real necessidade do povo, quando todo esse currículo for repensado e colocados em prática.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se que a Educação do Campo compreende os processos culturais, as estratégias de socialização e as relações de trabalho vividas pelos sujeitos do campo, em suas lutas cotidianas. O acesso ao conhecimento e a garantia do direito à escolarização para os sujeitos do campo fazem parte dessas lutas. Com todo esse processo de luta e persistência, ela tem grande importância na vida do povo do campo, trazendo direito ao saber científico e acesso ao mundo da educação.

Vale destaque conclusivo que um dos maiores desafios dos educadores e educadoras do campo é não ter uma formação específica em Licenciatura em Educação do Campo, onde o educador teria um amplo conhecimento em permutar os saberes científicos aprendidos na academia e o saber cultural que é o que os alunos trazem até a escola. Muitos educadores(as) do campo não tem um mínimo do conhecimento da luta e da persistência ao qual esses sujeitos têm em sua trajetória de vida, além de péssimas estruturas escolares e própria luta que esse povo já enfrenta no campo.

Pensar em uma proposta de educação do campo faz-se necessário incluir uma visão mais rica do conhecimento e da cultura. É necessário que as ações curriculares se comuniquem com saberes do campo, que auxiliem o homem na produção e no seu trabalho, para sua emancipação e realização plena como ser humano.

O pensamento das Escolas Família Agrícola configura-se como um norte para parte significativa da educação do campo, porém ainda urgem escolas com melhores estruturas para que o conhecimento vai ser repassado de forma mais eficaz, e integrando os saberes tanto da comunidade como a do currículo construído pela comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. **A Educação Básica e os Movimentos sociais do Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BRAVO, R. S. **Técnicas de investigação social: Teoria e ejercicios**. Ver. Madrid: Paraninfo, 1991.

CALDART, R.Saete (Org.) **Educação do Campo, identidade e políticas públicas**. Brasília: Movimento Nacional por uma Educação do Campo, 2002.

CALDART, R.Saete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CNE/MEC. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 36/2001. **Diretrizes Operacionais da Educação Básica para as Escolas do Campo**. Brasília: MEC/CNE, 2003.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. Brasília: Plano editora, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. S Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, P. A **Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

INEP/MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2015** – Brasília. Disponível: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>. Acessado em: 16.05.2019.

KOLLING, Edgar Jorg; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Saete (orgs). **Educação do Campo: Identidade e políticas públicas**. Brasília, DF: articulação nacional Por Uma Educação do Campo, 2002.

LEITE, S. C. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. 2 ed. São Paulo: CORTEZ, 2002.

MACHADO, L. C. T. **Da Educação Rural à Educação do Campo: Conceituação e problematização**. In: EDUCERE - XIII Congresso Nacional de Educação, 2017, Curitiba. EDUCERE - XIII Congresso Nacional de Educação: formação de professores: contextos, sentidos e práticas, 2017.

MST. Movimento Sem Terra 2016. (Org). **MST Movimento Sem Terra** Disponível em:<<http://mst.org.br/nossa-historia/70-82>>. Acesso em 15jul2019. (2016).

RIBEIRO, Nilsa Brito; ANJOS, Maura Pereira dos (Orgs). **SABERES E PRÁTICAS DE EDUCADORES E EDUCADORAS DO CAMPO**. Marabá, PA: Editorial Iguana, 2016.

SAVIANI, D. **Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da base nacional comum curricular**. Movimento. 2016.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

UNEFAB. **Revista da Formação por Alternância**. Vol. 10, Brasília, 2010.

VOLPATO, E. S. N. **Pesquisa bibliográfica em ciências biomédicas**. Editora Pneumol, São Paulo, 2000.